



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638493 - RS (2021/0000419-1)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DAVID LEAL DA SILVA E OUTRO
ADVOGADOS : DAVID LEAL DA SILVA - RS085835
RAÍZA FELTRIN HOFFMEISTER - RS088246
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
PACIENTE : ROGER LOPES DA SILVA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROGER LOPES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 00900304320209210000)

Consta dos autos que o paciente é Policial Militar e responde ao Processo de n. 0070150-59.2020.9.21.0002/JME-RS, que tramita na 2ª Auditoria da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul

Defende o impetrante a nulidade de todos os elementos de informações e provas colhidas em juízo em razão de serem derivadas de prova ilícita.

Aduz que a denúncia contra o paciente em razão do crime de peculato foi baseada exatamente em prova ilícita, não se confirmando por outros elementos de prova.

Alega que a denúncia versa, ainda, sobre fato que já teve o seu arquivamento determinado, não sendo suficiente apenas a mudança de posicionamento do *parquet* sobre o ato.

Aduz a nulidade das interceptações telefônicas autorizadas em razão de ausência de fundamentação apta a deferir medidas tão intrusivas. Também defende a ocorrência de adulteração na degravação das interceptações telefônicas e na situação dos veículos e imóveis em nome do paciente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja determinada a suspensão do Processo Penal Militar n. 0070150-59.2020.9.21.0002 até o julgamento do mérito da presente ação.

No mérito, requer:

1 - No tocante ao “Fato 1” da denúncia, seja determinado o seu arquivamento;

2 - o reconhecimento da ilegalidade das interceptações telefônicas no IPM n. 1000462-61.2018.9.21.0002 (Operação Chirrin);

3 - o acesso à íntegra das interceptações telefônicas contidas no IPM n. 1000462-61.2018.9.21.0002 (Operação Chirrin), uma vez que seu conteúdo embasa a denúncia contra o paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, o impetrante apenas juntou cópia do voto do relator em decisão colegiada, sem trazer o inteiro teor do acórdão (certidão de julgamento, ementa etc). A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente